

SESSÕES DO PLENÁRIO

23ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de março de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO LEUR LOMANTO JÚNIOR (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 23 e 24/02/2016.

Do Deputado Jurandy Oliveira comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 29/02/2016.

Do Deputado Joseildo Ramos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 29/02/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Lour Lomanto Júnior):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. E Srs. Parlamentares, senhores da imprensa, cidadãos que nos acompanham das nossas galerias e através da *TV Assembleia*, subo na tribuna, no início desta segunda-feira, para tratar de um assunto que, sem sombra de dúvida, é um dos assuntos mais graves do Estado da Bahia.

O Estado da Bahia hoje tem números assustadores e esta Casa Legislativa não pode ficar omissa para esses números que trago e relato a partir de agora.

(Lê) “A polícia baiana registra uma média de sete estupros a cada vinte e quatro horas. São 2818 estupros no ano de 2015.”

“O Sindicato dos Bancários divulga que em 2015 foram mais de 209 assaltos a bancos e explosões de caixas eletrônicos.”

“No total, 160 cidades baianas estão sem profissionais. Isso representa 38% de municípios do nosso Estado. Ou seja: sem delegados da Polícia Civil.”

Por fim, Srs. Deputados, “A Bahia tem o maior número de homicídios do País”, diz o estudo.

Infelizmente, para a nossa vergonha e tristeza, o Estado da Bahia passou a ser o destino preferencial do crime organizado. E esta Casa Legislativa, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não pode ficar omissa diante destes números.

Vejo nas nossas galeiras uma faixa: “Concurso da Polícia Civil de 2013. Nomeação Já”.

Existem 800 policiais preparados, aguardando apenas a homologação por parte do governo do Estado da Bahia, para que eles possam ir às ruas defender os baianos. A omissão do governo do Estado em relação à nomeação da Polícia Civil tem feito da Bahia um dos estados mais violentos do Brasil. E essa omissão os parlamentares que aqui se fazem presentes não podem ter com o nosso Estado. Ou daremos as mãos para tirar a Bahia dessa situação vergonhosa ou nós vamos permitir que mulheres sejam estupradas, homens sejam assassinados e nossos jovens percam a condição de encontrar um futuro melhor.

A Polícia Civil vem esperando ansiosamente, e o atual governador do Estado da Bahia já se manifestou diversas vezes. Tive a oportunidade de ver, hoje, uma

entrevista do atual governador onde ele dizia que logo após o Carnaval a nomeação dos policiais civis iria acontecer. E até hoje...

Não são os policiais que aguardam com ansiedade. Quem aguarda com ansiedade é a população do Estado da Bahia, que não pode viver a insegurança que hoje vive.

Convoco os parlamentares da nossa brava Oposição. Precisamos levantar a nossa voz. Precisamos ser a voz dos baianos que não têm segurança para sair de casa. Precisamos chamar a atenção da Base Governista, porque esta luta não é apenas da Oposição desta Casa Legislativa. Esta luta tem que ser de todos os parlamentares. Convido os parlamentares da Base Governista a também conversarem com os policiais que aqui estão e a prestarem atenção aos números da violência. Se cruzarmos os braços, deputado Marcelino Galo, cometeremos, talvez, o maior crime de todos, que é o crime da omissão.

Tenho certeza de que V.Ex^{as}., que compõem a Base Governista, terão a grandeza de chamar a atenção do governador do Estado da Bahia. Não podemos aceitar que as nossas ruas não sejam controladas pela nossa polícia, que é quem pode garantir a ordem e a segurança pública do nosso Estado.

Quero dizer que o secretário de Segurança Pública tem currículo compatível com o cargo que ocupa. Mas ele, deputado Rosemberg, não pode fazer mágica. Ele não é super-herói. Se o governo não nomear esses 800 policiais, que já estão preparados para assumir o cargo, vamos continuar a ver mulheres, homens, crianças, adultos e adolescentes serem assassinados, como já estão sendo no nosso Estado.

Quero muito pedir a atenção desta Casa Legislativa, Srs. Parlamentares, porque a Bahia não pode ocupar os jornais com este tipo de manchete: “A Bahia tem o maior número de homicídios do País”.

Isso é vergonhoso e esta Casa tem que se posicionar. Vamos exigir. Já conversei com o Líder da Oposição, o deputado Sandro Régis, e a partir desta segunda-feira a nossa brava Bancada de Oposição chamará a atenção do governo do Estado, diariamente, até que os policiais civis da Bahia possam ir para as ruas garantir a segurança do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson, representante da nossa “Princesinha do Sertão”, Feira de Santana.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Leur Lomanto Júnior, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas em seus gabinetes, colegas da imprensa, futuros policiais civis do Estado da Bahia, meu cordial boa tarde.

Quero dizer que nós apoiamos integralmente a luta de vocês e o governo tem que apressar esse compromisso de homologar logo essas contratações, como bem falou o deputado Adolfo Viana: mais policiais para ajudar no combate à violência e na proteção do cidadão e da cidadã.

Srs. Deputados,

(Lê) “O feriadão da Semana Santa em Salvador foi marcado por um desastre ambiental que atingiu pelo menos três praias: a do Rio Vermelho, Amaralina e Ondina. E pode ter causado em dezenas de pessoas doenças como hepatite A, salmonelose e leptospirose. Foi uma agressão ambiental grave, que merece todos os esclarecimentos por parte da Coelba, da Embasa e do Inema, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Durante praticamente dois dias, a conhecida estação do Parque Lucaia, da Embasa, despejou esgotos sem qualquer tratamento na praia do Rio Vermelho, contaminando também pelo menos duas outras: Ondina e Amaralina. O volume de resíduos foi tamanho que era possível ver uma grande mancha escura no mar.

Segundo estimativa do próprio Inema, 5 mil litros de efluentes foram lançados no mar por segundo. Isto mesmo: 5 mil litros por segundo! Ao todo, foram 756 mil metros cúbicos ou 756 milhões de litros de esgotos, o suficiente para encher mais de 302 piscinas olímpicas ou o equivalente a sete Diques do Tororó. Repito: esgotos equivalentes a sete Diques Tororó!! Um grande absurdo. Um desastre ambiental que deve ser muito bem explicado para a população baiana, que por sinal paga uma taxa de esgoto caríssima!

Em reportagem publicada pelo Correio da Bahia, uma entrevista do pescador Lailson Barbosa de Jesus, de 47 anos, da Colônia de Pesca do Rio Vermelho, também mostra a dimensão da poluição. Disse o pescador ao repórter: 'Um técnico estava aqui colhendo água e disse para ninguém se arriscar a colocar o pé nessa água, que tinha, pelo menos, uns três tipos de bactérias aí.'

Pelo que foi noticiado pela imprensa, tudo aconteceu a partir de um acidente de trânsito que derrubou um poste na avenida Vasco da Gama, na noite de quarta-feira. Com isso, faltou energia elétrica na Estação Lucaia, impedindo, portanto, o tratamento dos esgotos.

A primeira pergunta que se faz é: uma estação responsável pelo tratamento de 60 por cento dos esgotos de Salvador não tem uma alternativa para falta de energia? Não tem um grupo gerador próprio? Por quê? A Embasa tem que se explicar isso, a Embasa tem que responder essa pergunta.

Ora, não foi a primeira vez que faltou energia na região do Parque Lucaia e nem será a última. E toda vez que faltou ou que faltar, os esgotos chegam ao mar sem tratamento? A Embasa tem que responder isso, tem que dar satisfações à sociedade baiana.

Não sou especialista em meio ambiente, mas levando-se em consideração os

dados revelados pelo próprio Inema, não seria o caso de ter interditado essas praias? Afinal, dezenas de pessoas continuaram tomando banho durante o feriadão. Acho que no decorrer da semana, o Inema também deve prestar maiores esclarecimentos sobre o desastre.

Em menor escala, mas também arcando com parte da responsabilidade, a Coelba deve explicar por que demorou praticamente dois dias para substituir o poste e religar a rede que abastece a estação Lucaia. Estarei vigilante, estarei cobrando explicações desse desastre ambiental.”

Srs. Deputados, vamos insistir nessa cobrança. Um desastre que, realmente, preocupa todas as pessoas, todos os baianos, principalmente aqueles que tomaram banho nas praias do Rio Vermelho, de Ondina, de Amaralina. Para que se tenha uma ideia, foram jogados nessas praias o equivalente a 7 diques do Tororó de esgoto, sem nenhum tratamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre deputado Herzem Gusmão, da querida cidade de Vitória da Conquista.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da Imprensa, concursados da Polícia Civil – queremos saudar a presença de vocês –, amanhã é um dia histórico para o nosso PMDB, do qual V.Ex^a. faz parte, Sr. Presidente. Eu diria que o Brasil aguarda uma decisão do PMDB, que tem sido aval desse desastre de governo que estamos a presenciar. Ele tem avalizado, tem sido coadjuvante, tem ajudado a governar, mas está desembarcando em boa hora.

A presidente Dilma só tem um ano e alguns meses desse segundo governo. O PMDB já deveria ter desembarcado há muito tempo. Lembro-me – e já disse aqui – de que, em 2009, o ex-ministro Eliseu Padilha, em um encontro na Fundação Ulysses Guimarães, fez um apelo para que o PMDB desembarcasse. Ele já sentia, ali, em 2009, que o PT não governava o Brasil como os brasileiros esperavam.

O partido, que nasceu com a bandeira da ética – em defesa do trabalhador, da coerência – teve erros e teve falhas. E figuras ilustres do PT, os seus fundadores, intelectuais como Hélio Bicudo e tantos outros, deixaram o partido. Mas o PMDB desembarca, tudo faz crer, amanhã. Eu fico muito à vontade de falar pelo PMDB de Vitória da Conquista, porque nunca estive ao lado do PT. Sempre falo que o PMDB de Vitória da Conquista tem uma história e que chegou a comandar as oposições durante 20 anos. É verdade que fui não um filiado, mas um aliado do Partido dos Trabalhadores em Vitória da Conquista. Mas o PMDB nunca estive ao lado do PT. O PMDB da Bahia, do ex-ministro Geddel, do deputado federal Lúcio Vieira Lima, esse PMDB desembarcou logo depois das eleições de 2010.

Esperamos amanhã que o PMDB – um dos partidos mais importantes da história do Brasil – tome o seu caminho. E esperamos, realmente, que o PMDB, ao desembarcar, mostre alternativas e opções para a Nação Brasileira.

Quero saudar os concursados da Polícia Civil. Faz pouco tempo que vi uma faixa semelhante sendo exibida aqui. São 1.500 agentes penitenciários concursados esquecidos pelo governo. Estamos vendo a dificuldade do governo do Estado da Bahia. Em relação à segurança pública: o nosso Estado é um dos mais violentos da pátria. E não podemos ficar com o discurso de que lá fora a situação é idêntica.

Em recente levantamento, segundo dados oficiais, enquanto na Bahia a violência aumenta em 138%; São Paulo reduziu em 35%; Rio de Janeiro em 29%; Pernambuco em 14%, além das forças de segurança, dos investimentos na cultura, na educação, no esporte e no lazer. Nós lamentamos, como vocês estão lamentamos. O PT faliu a Bahia – não sou eu que estou falando, são os números, são dados. Um partido que tomou, no ano passado, U\$400 milhões (R\$1 bilhão e 600 milhões) tomando mais. E os deputados aprovaram – claro que a Oposição negou – o empréstimo, na ordem, agora, recentemente, de R\$2,6 bilhões.

Esperamos uma atenção do governo para os concursados não só da Polícia Civil, como também de outros setores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra a deputada Luiza Maia (Pausa) Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo. (Pausa) Ao deputado Joseildo Ramos. (Pausa) Deputado Bira Corôa. Deputado Pablo Barrozo. Luciano Ribeiro.

Concedo a palavra ao deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Leur Lomanto Júnior, Sr^{as}. e Srs. Deputados, quero aqui saudar a Imprensa que faz a cobertura desta Casa e os concursados da Polícia Civil. O concurso foi realizado em 2013 e até existe uma expectativa, por parte da classe, no sentido de o Estado convocar; porque a segurança pública hoje no Estado da Bahia, realmente, vem crescendo muito, deputado Antônio Henrique. Essa preocupação não é só de vocês que fizeram o concurso da Polícia Civil, mas de todos os baianos; porque hoje a segurança pública no Estado vai de mal a pior. O governador, inclusive, comprometeu-se a convocar todos para poder começar a partir de janeiro deste ano – e teria orçamento dentro do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Criou-se uma expectativa muito grande, mas isso não aconteceu. Tenho vários e vários amigos que fizeram a inscrição, passaram no concurso, criaram uma expectativa, como vocês, que estão aqui hoje, querendo o apoio desta Casa, deste Poder Legislativo, porque dentro do compromisso que foi acertado entre o governo do Estado e a categoria – deputado Luciano Simões, Líder

do Democratas nesta Casa – o governo não está cumprindo com aquilo que prometeu.

Vemos que há uma expectativa muito grande por parte dos senhores, mas há uma preocupação também nossa. Deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a que é Líder do PT e tem condição de ajudá-los junto ao governador e ao secretário de Segurança – Dr. Maurício Barbosa – ajude a convidar e convocar todos para participar, inclusive, de uma assembleia junto ao secretário da Fazenda, também. Os concursados que foram aprovados e passaram na academia não podem ficar todos sem uma resposta por parte do governo.

O governador esteve em Vitória da Conquista, há 3 ou 4 meses, e ali declarou que a partir de janeiro deste ano a segurança pública na Bahia teria outro olhar com a convocação dos aprovados no concurso da polícia civil, e não vemos aqui nenhuma manifestação por parte do governo. Fica, então, a população da Bahia perguntando à sociedade: cadê a segurança pública? Não se faz segurança pública sem os homens e as mulheres que participaram de forma democrática deste concurso: um concurso muito difícil, um concurso que criou uma expectativa para pais e mães de família. Hoje, vocês estão aqui com essa reivindicação que precisa acontecer em todo o Estado, porque são milhares de pessoas que fizeram a inscrição, participaram do concurso e, hoje, dependem, exatamente, do governo do Estado dar o aval.

Soube, inclusive, que a Procuradoria-Geral do Estado deu um parecer para convocar só 29, mas tem gente que está na lista aguardando. Então, faço um chamado à Bancada do governo, à Bancada do Partido dos Trabalhadores e digo que vocês podem contar com a Bancada de Oposição nesta Casa: tanto com o deputado Augusto Castro como com todos os deputados que compõe a Base de Oposição.

O governo sabia do tamanho, sabia do limite prudencial, sabia que existia, lá atrás, um compromisso que foi feito e até agora não vemos nenhum posicionamento por parte do governo do Estado em convocar os aprovados, para colocar um controle maior na segurança pública do Estado. Tiro por minha cidade e minha região: Itabuna é uma cidade violenta e na região Sul da Bahia os números não são positivos. Mas é preciso que esta Casa, nesta semana, encare este debate com muita naturalidade, porque precisamos de vocês nas ruas para combater a violência. É isto que o governo precisa: nomear quem foi aprovado no concurso para dar mais tranquilidade à sociedade da Bahia.

Podem contar conosco nesta Casa, com a Bancada de Oposição. Inclusive, convido, aqui, o secretário da Fazenda ou o secretário de Segurança para virem explicar esta situação, porque existe, realmente, uma expectativa por parte dos concursados da secretaria e por parte, também, de outros órgãos, como a polícia técnica, e de outros setores da segurança pública. Este é um concurso que envolve muitos elementos e que pode ajudar a diminuir os índices de violência no nosso Estado.

Parabéns a vocês por estarem aqui hoje nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Rosenberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, gostaria, mais uma vez, de chamar a atenção para esse debate nacional em torno da crise econômica, da crise política. E, sobretudo, lembrar que a responsabilidade neste momento sobre o futuro deste País não é só dos partidos que defendem a presidente Dilma e o governo federal, é responsabilidade do mundo da política, observar a cena, olhar os cenários e, sobretudo, firmar um compromisso em defesa das instituições democráticas deste País.

A corrupção, como todos acompanham e sabem, infelizmente, é um problema crônico no Brasil. A lista da Odebrecht está aí a revelar que práticas nebulosas já vinham ocorrendo dentro do Estado brasileiro, na relação de grandes empreiteiras com o Estado. Aliás, numa bela tese, um professor do Rio de Janeiro, da Universidade Fluminense, demonstrou as origens dessas empreiteiras, como elas cresceram no período da ditadura e, principalmente, da relação dos processos político-eleitorais, do financiamento de campanha e da presença dessas empreiteiras.

Por isso, todos aqueles que querem a valorização do mundo da política e do espaço público devem, claramente, condenar o que há de errado, querer que todos sejam julgados e culpados, mas, sobretudo, que se prepare este País para uma grande reforma do Estado. Não será possível a democracia, não será possível o mundo da política sobreviver, se não fizermos uma grande transformação no processo partidário e eleitoral, sobretudo no Estado brasileiro.

Estou muito tranquilo e confiante, porque, há algum tempo, tenho dito isso, aqui, desta tribuna, inclusive chamando a atenção para o Parlamento: Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional. Essas estruturas precisam operar os seus mecanismos, precisam renovar os seus mecanismos para que a democracia direta, para que o mundo da representação ganhe mais legitimidade e confiança do povo. Então, fica, mais uma vez, aqui, esse lembrete.

Quero também colocar claramente que o governador Rui Costa... Até brinquei outro dia, quando falei “Rui das Encostas”, em razão da quantidade de obras que ele vem fazendo em Salvador. Ele é, ao mesmo tempo, o “Rui dos Sertões”, dada a sua presença e o seu compromisso no interior do nosso Estado, mantendo todos os mecanismos possíveis para que os recursos federais continuem chegando para as obras de Salvador e das médias e pequenas cidades, como é o caso do Sudoeste da Bahia, a exemplo do aeroporto, da Barragem do Catolé e da Barragem do Rio Pardo, e para as obras estruturantes, a exemplo das rodovias.

Os recursos que aprovamos aqui, as autorizações diminuirão a pressão sobre o tesouro do Estado, para manter investimentos e também para melhorar os serviços públicos, como é o caso da segurança pública.

O governador Rui Costa vem se esforçando, dando continuidade às ações do governador Jaques Wagner, que convocou mais de 12.000 policiais militares. Ele também tem um compromisso com a Polícia Civil, para que a segurança pública, cada vez mais, seja um setor que mereça a atenção do Estado. É claro que a Oposição, no seu jogo de palavras, vem aqui criticar, criticar e criticar, mas, na hora que aparece uma agenda positiva, olha a Oposição pongando! Olha a Oposição...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pongando?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- É claro! Legitimamente!

A Oposição critica, cobra do Estado, mas aqui e acolá tem um discursinho de “Eu estou defendendo! Estou defendendo essa ou aquela bandeira do governador Rui Costa!” Eu gostei muito, inclusive o parabenizo, deputado Augusto Castro, pelo seu reforço, pelo seu apoio ao governador Rui Costa para que ele possa reforçar a segurança pública. Nós, da Situação, não! Nós conversamos nos bastidores, conversamos com o secretário para resolver problemas. Deputados da Situação resolvem problemas e ajudam o governo a resolver problemas, os da Oposição fazem aquele misancene. Às vezes eles ajudam, não vou negar! A liderança da Oposição tem sido muito parceira. Não posso negar, deputado Luciano Ribeiro, que ela tem colaborado, ajudado, mas, às vezes, os colegas da Oposição posam e só querem sair na fotografia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior) - Concedo a palavra ao nobre deputado Luciano Ribeiro.

Antes da fala do deputado, registro a presença dos alunos do curso de Direito da Faculdade Rui Barbosa. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia.

Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, pessoal das Galerias, da Polícia Civil, estudantes de Direito, futuros colegas, sejam todos bem-vindos.

Sr. Presidente, eu sempre que estou aqui, gosto de ouvir alguns oradores, e, preferencialmente, aqueles que possuem uma bagagem, tanto intelectual quanto da experiência da vida pública. E me surpreendeu, e dentro dos discursos que nós fazemos sempre aqui, eu tenho sempre buscado a luta pela valorização do Poder Legislativo.

Entendo que vivemos um Estado de Direito na tríplice divisão dos Poderes. Nós, do Legislativo, que somos a verdadeira Casa do Povo, onde aqui deve ecoar as vontades populares, onde aqui deve ecoar o sentimento do povo baiano, onde aqui as reivindicações justas, como da Polícia Civil que aqui está, 2 mil pessoas que passaram

no concurso público, e sabe-se lá a dificuldade que foi para, dignamente, entrar no serviço público. Às vezes, e muitas das vezes, apenas o concurso público com dignidade é a porta de entrada de muitos que vieram de famílias carentes, que não se submeteram a viver do Bolsa Família ou das esmolas do governo, para, com dignidade, ingressar numa vida pública através de concurso público. E se verem privados de serem nomeados, ainda mais num setor tão grave, tão deficiente, tão necessitado, não pode ser justo, não pode ser aceitável.

Também não posso aceitar, refiro-me a valorização do Legislativo, que aqui os deputados usem a expressão e o sentimento de que nós vivemos de favores, de que o nosso mandato foi feito para servir ao Executivo. E mais ainda, de que é para servir apenas àqueles que vivem da base do governo, que dão sustentação cega, surda e muda ao governo para poder levar às suas bases os benefícios que lá precisam.

O que eu ouvi aqui, hoje, eu não quero acreditar que seja verdade. Queria não acreditar que fosse a expressão de um parlamentar nesta Tribuna, e mais ainda, a expressão de um brilhante parlamentar, como é o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Joseildo Ramos:- (Inaudível).

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Nós aprovamos uma emenda constitucional.

Estou falando a verdade, meu caro deputado Joseildo.

Aprovamos uma emenda constitucional. Tenho sempre, em todos os meus discursos, brigado, ainda que seja contrário aos interesses do meu partido, e até em questões que feriram direito daqueles filiados ao Partido dos Trabalhadores, pregando para que a Constituição seja cumprida. Esta Casa aprovou uma emenda impositiva, emenda impositiva significa obrigatória, lei, Constituição, jamais, então, estaríamos pongando. Nós somos Oposição por convicção, nós somos Oposição...

O Sr. Zé Raimundo:- Eu não disse isso.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Mas, foi isso que V.Ex^a falou aqui, a Oposição pongando nas emendas impositivas. A expressão está aqui constante. Falou, eu ouvi.

O Sr. Zé Raimundo:- Falei nas medidas positivas do governo.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Se V.Ex^a não falou emenda impositiva, eu retiro o que falei.

Mas, mesmo assim, nas medidas do governo acho que a Oposição aqui jamais pongaria, porque todos que aqui estão possuem autonomia e estão na Oposição por opção, por acreditarem num projeto diferente do que está aí no governo, por fazerem debates que constroem a sociedade. E as medidas positivas, ainda que sejam assim, se a Oposição elogiar, ela não estará pongando, jamais, ela tem que elogiar as medidas positivas, sim, porque a função da Oposição construir uma nova Bahia, construir uma Bahia melhor e aplaudir, sim, quando precisar.

Eu, infelizmente, até agora, não achei e queria achar uma medida positiva desse governo para, então, poder aplaudir.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, meu querido presidente, Imprensa, visitantes, primeiro, ouvi atentamente aqui a todas as intervenções e quero dizer, não lembro qual deputado fez uma intervenção, quando falou da legitimidade da reivindicação dos servidores da Polícia Civil do concurso de 2013.

E aqui, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que temos total anuência com a reivindicação para contratação dos servidores da Polícia Civil. Não só desse concurso para Polícia Civil, mas de diversos outros concursos que possam, obviamente, ajudar a máquina do Estado a funcionar de uma forma mais eficaz. É natural que algumas questões, deputado Adolfo Viana, impeçam que transformemos o que pensamos em realidade.

Nós conversamos, no ano passado, e já devo ter recebido aqui vários trabalhadores no meu gabinete, reivindicando contratações para o serviço público, legitimamente. Mas esbarram em algumas questões, a exemplo, hoje, do limite prudencial do governo do Estado, o que é lamentável. Nós gostaríamos que todos que fizeram e passaram no concurso fossem contratados. Mas, lamentavelmente, a economia passa por determinadas situações e às vezes não permite que se tome medidas que venham a ser questionadas pelo Tribunal de Contas do Estado e por esta Casa, quando formos aprovar as contas do Estado.

Por isso, quero me solidarizar aqui com as reivindicações da Polícia Civil, mas também dizer que o governo do Estado tem as suas limitações. Não é apenas a vontade de contratar ou não contratar.

Por outro lado, quero aqui dialogar, deputado Luciano Ribeiro. Primeiro, V.Ex^a falou de esmola dos programas sociais. Olha, eu peguei essa palavra porque dói bastante no ser humano, quando recebe qualquer tipo de coisa. Lembro-me do verso do saudoso Zé Dantas, que dizia, numa poesia intitulada Vozes da Seca, que a esmola leva a vergonha do cidadão ou o vício do cidadão. E diz mais ou menos assim: “Ah, doutor, nordestino que tem muita gratidão, deu auxílios ao sulista nessa seca do sertão. Ah, doutor, uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”.

Quero dizer que ninguém gosta e os programas sociais não são esmolas para a sociedade. Para quem não precisa, é algo extremamente insignificante. Mas para meus conterrâneos, pobres da minha cidade de Itororó, o Bolsa-família é realmente uma mudança significativa na perspectiva da esperança, do sonho daquelas pessoas que não têm a oportunidade de comerem pela manhã, de ao meio-dia terem um

alimento digno e, à noite, dormirem sem ouvir o ronco de sua barriga.

Por isso que quero encerrar e concordar com uma conversa que tivemos. Aqui, esse debate foi iniciado pelo deputado Zé Raimundo, que é o seguinte: acho que a questão da corrupção no Brasil deve ser tratada como um problema de polícia, de investigação e pague quem deve. Do que discordo é a forma como estão sendo feitas as investigações, numa tentativa única de criminalização do Partido dos Trabalhadores.

O juiz Sérgio Moro, travestido do PSDB, porque só pode ser assim...

O Sr. Adolfo Viana:- Respeite as instituições.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu respeito. Com todo o respeito ao PSDB, quero lhe dizer o seguinte: veja com que forma ele tratou... Ele divulgou de forma ilegal uma conversa entre a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, o que foi condenado por todos os juristas sérios deste País. Para blindar os políticos da sua turma, ele disse que não poderia divulgar uma lista com 200 nomes. Fechou a lista e a encaminhou para STF. É a informação que tenho aqui. Então, são dois pesos e duas medidas, deputado Luciano Ribeiro.

Acho que V.Ex^a tem razão, precisamos tratar de forma igual a todos os partidos, e não pode ser apenas um criminalizado. Até porque a lista da Odebrecht e o depoimento de Conceição demonstrarão a um bocado de gente que se veste de almofadinha como era que a Odebrecht fazia no financiamento de campanha de muitos deles desde a década de 1980, meu querido amigo, deputado Adolfo Viana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leir Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, baianos que nos assistem através da *TV Assembleia*, quero fazer uma saudação especial aos concursados da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Subi a esta tribuna nesta tarde para falar, mais uma vez, como falo todas as semanas e insisto, que o principal problema, deputado Antônio Henrique, que nos cerca, hoje, na Bahia, é a segurança pública, a insegurança pública.

Não poderia deixar de citar, aqui, inspirado pela fala do nosso colega, deputado Rosemberg Pinto, que a justiça tem de ser para todos, seja de qual partido for. A imprensa tem de ser livre, as instituições têm de ser respeitadas.

Respeito a Justiça, respeito os juízes e respeito a lei.

Gostaria de dizer, também, que existiam e existem, deputado Hildécio Meireles, milhares de juristas que apoiam o que o juiz Sérgio Moro está fazendo. Agora, isso é um caso para a Justiça. Quem deve à Justiça terá de pagar, seja ele quem for, seja ele

almofadinha, seja ele coxinha, seja ele pelego.

Não querendo tirar o foco, porque essa questão que está acontecendo em Brasília é para a Justiça, e muitos estão sendo presos por causa disso, e muitos outros serão e têm de ser presos. Não darei muita atenção a isso, porque essa tentativa de colocar todos como se fossem iguais já é costumeira do Partido dos Trabalhadores. Estamos aí e vamos viver esses dias. No final desses dias, veremos o resultado. E o resultado é que a verdade aparecerá.

Agora, quero citar a importância, deputado Hildécio Meireles, da Polícia Civil do Estado da Bahia. Não são esses 800 concursados que resolverão o problema da segurança pública no Estado, mas eles são uma parcela do que irá ajudar.

Quando vemos a situação dos policiais civis concursados e que não foram chamados, nós apenas constatamos a falta de prioridade, deputado Robinho, V.Ex^a que tem uma influência importante no Sul do Estado da Bahia, sabe muito bem que lá, bem como em outras regiões, a bandidagem está solta e as pessoas de bem estão presas em suas casas. Isso não é privilégio de nenhum deputado, todos são cobrados, porque a segurança pública do Estado da Bahia é uma vergonha.

Até aqui, tenho que assumir, vejo no secretário da Segurança Pública preparo, mas vejo por parte do atual governador e do que o antecedeu, falta de responsabilidade e falta de compromisso com a segurança pública do Estado. Somos aqui obrigados e cobrados diariamente, semanalmente, por todos que nos cercam, por todos que nos elegeram. E, infelizmente, a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado da Bahia não têm o respaldo necessário; todos, na sua grande maioria, estão aí com boa vontade, mas, no ano passado, do investimento no Orçamento do governo do Estado para a segurança pública apenas 15% foram gastos.

Fala-se aqui em limite do governo do Estado para contratar. Por que o governador não demite tanta gente que há nas secretarias e que não fazem nada, além de estarem lá representando o seu partido? Por que não as tira dessas secretarias e coloca pessoas que vão fazer a diferença, vão representar verdadeiramente o que os baianos querem que é uma melhoria na segurança pública do Estado da Bahia. Por que não? Vivemos aqui reféns. Nós estamos aqui no Estado, reféns.

V.Ex^a, deputado Toinho, cobrou, essa semana ou foi na semana passada, a respeito do Sicon, lá da região Oeste, o Sistema Integrado de Inteligência. Desde o ano passado, inclusive visitei o local, a Polícia Civil, a Delegacia Regional de Barreiras no ano passado, e estava lá o local que levantaram as paredes, alguns equipamentos foram abandonados e o resto foi levado para Ibotirama ou Bom Jesus da Lapa, porque prometeram lá, mas depois ocorreu um problema político, prometeram em outra região e fica aí o governo do Estado tapando buraco. Mas prioridade com a segurança pública do Estado da Bahia não tem.

Aí vemos a falta de compromisso. Por que não tomam uma atitude efetiva? Por que só se fala de boa vontade. E a desculpa são as drogas, quando não são as drogas, é o sistema de leis, quando não é o sistema de leis, a desculpa é está em todo o País.

Óbvio que a questão da segurança pública é um problema nacional, agora temos estados que estão bem melhores que a Bahia, por quê? Porque têm a responsabilidade do governador, o governador é respeitoso, o governador não está preocupado com 2018 somente, esteve em 2014, esteve em 2010. Está preocupado em manter aqueles que estão lá só para fazer política partidária, ao invés de estar preocupado com a população do Estado da Bahia. E nós vivemos num estado de penúria.

E podem subir aqui e falar quantas vezes quiserem, mas essa mentira não cola porque todos os baianos sabem a situação em que nós vivemos, presos nas nossas casas, sem podermos andar nas ruas, sem passearmos com os filhos, com os pais, sem podermos fazer nenhum tipo de lazer sem sermos assaltados em plena luz do dia, em qualquer dia da semana, em qualquer lugar deste Estado.

É um desrespeito desse governador com a segurança pública e com os baianos. E ele não tem como tapar o sol com uma peneira. É lamentável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Joseildo Ramos por 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa que nos assiste, que está presente, todos da *TV Assembleia*, sejam bem-vindos os concursados da Polícia Civil, têm o nosso apoio, é justa a luta de vocês.

Gostaria de chamar a atenção, neste momento, para algo que se avizinha e que traz a todos uma situação inusitada no País.

Recentemente, foi divulgada a famosa lista da Odebrecht, tratando, supostamente, de doações eleitorais, propinas, coisas do gênero, envolvendo boa parte da política nacional.

Dias depois, aparece outra lista, cuja origem, deputada Maria del Carmen, é de meados da década de 80, logo na saída do processo ditatorial, no governo de Sarney, envolvendo situações de agentes políticos, agentes públicos, vinculados às instituições do Estado nacional – às instituições do Estado nacional! –, dela constando ex-ministros, senadores, deputados, governadores, partidos e seus integrantes, que, inclusive, recebiam doações quando nem sequer eram candidatos.

Algo escandaloso, colocando em xeque – já disse diversas vezes aqui – o sistema político-eleitoral, que já se exauriu, promovendo um balcão de negócios, com a corrupção permeando todo o processo político-eleitoral, em todos os níveis, e o que é pior: demonstrando a privatização da política no País, a compra do processo eleitoral. Vou repetir: a compra do processo eleitoral, que é comprado através do percentual de propina, de agrado, nas obras que são feitas nos estados e municípios, na União. A institucionalização do processo de corrupção data de meados dos anos 80 até hoje.

Coube a Conceição Andrade, ex-funcionária da Odebrecht, colocar a lista na

mão do deputado federal Jorge Solla, que, por sua vez, a colocou à disposição da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, e até hoje estamos aguardando.

Numa nota atribuída à Odebrecht, a empresa avisa que está disposta a fazer uma delação premiada definitiva. A palavra “definitiva” não aparece por acaso. Não aparece por acaso!

Temos umas informações que nos deixam perplexos, como o perfil das manifestações do dia 13 de março. Quem eram aqueles cidadãos e os eleitores? O Instituto *Datafolha* disse que, em Belo Horizonte, 73% votaram em Aécio, com 50 a 51 milhões de votos, e 2% votaram em Dilma. Já em São Paulo, 79% votaram em Aécio, e 2%, apenas, votaram em Dilma.

Isso está muito longe da expressão, do que representa a sociedade brasileira. E as principais lideranças que querem o *impeachment* neste País não puderam se posicionar, se manifestar, porque aqueles que estavam lá não as entendiam como legítimas representantes daquela causa que estava sendo processada nas ruas.

Lembro-me de que o deputado Herzem Gusmão estava proclamando o juiz Moro como um super-homem, um herói, e aí mora o perigo, deputado! Mora o perigo! Eu o adverti naquela breve interpelação que fiz durante sua fala – um aparte, como V.Ex^a sempre nos concede, e eu agradeço –, porque o perigo mora aí, quando a massa, sem liderança, sem alvo, rasga as ruas buscando um herói.

Deveriam ter à sua disposição, através de nós, políticos, o trabalho de pedagogia cidadã para evitar o caos porque, imaginem, quem vai julgar Dilma, Eduardo Cunha, cujo processo vai se arrastar por meses. Sobre ele vários processos e sobre a presidente deste País, nenhum processo.

É preciso que saibamos o que estamos fazendo, porque nós, cada um com a titularidade que nos cabe aqui, estaremos entrando para a história e nos livros da história, teremos, cada um, o nosso lugar pelo bem desse País. É um breve início de posicionamento que teremos aqui para podermos aprofundar o debate que nos cabe, porque vejo dias sombrios no momento em que estamos silentes ou aplaudimos o rasgo da Constituição em nome dos interesses do nosso umbigo. É preciso ter cuidado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Servidores desta Casa, Imprensa, primeiro, faço uso da palavra para chamar a atenção sobre um dado importante. Nenhum parlamentar desta Casa abre mão de defender e lutar por uma melhor condição de segurança no nosso Estado e no nosso País. Não tenho visto nenhuma fala contrária à melhoria dos serviços de segurança pública, e todo processo

de prevenção.

O que existe, muitas vezes, é o atropelo, às vezes pautado pelo desconhecimento ou por outros interesses. Por exemplo, quando se fala da Polícia Civil, e tenta atribuir a um concurso de 2013, que eu tenho defendido e acompanhado todo o aproveitamento e incorporação aos quadros da Polícia Civil desses novos policiais, mas a gente não pode desmerecer que em 2017, quando chegamos aqui nesta Casa, e o governo Wagner assume o Estado da Bahia, existia um concurso do governo anterior, que datava 11 anos de um concurso aberto, onde sequer tinham sido concluídas as etapas desse concurso da mesma Polícia Civil para diversos policias. Aliás, corrigindo, para ser justo, o concurso que foi burlado pela Secretaria de Segurança Pública do governo antepassado, que não foi do governo Wagner, foi do governo anterior, para atender aos seus interessados, há um número pequeno de policiais que passaram à frente da fila. Eu afirmo, Joseildo, nosso grande deputado, passaram à frente da fila, porque não cumpriram todas as etapas que estavam estabelecidas no edital.

Então, aqueles que foram incluídos há 11 anos, não posso dizer agora, estavam irregulares. Por que? Porque o concurso não estava concluso. É o governo do PT, é o governo Wagner que reconhece esse processo, cumpre as etapas desse concurso e incorpora aos quadros da Polícia Civil esses novos policiais. É esse mesmo governo que abre novos concursos, a exemplo de 2013 e que nós defendemos e reconhecemos a importância desses policiais.

Quero pontuar isso, porque fica muito claro e parecendo que o governo anterior valorizava a segurança pública e incluía nos quadros da Polícia Civil e Militar, novos policias. Muito ao contrário. Nesse mesmo ano, em 2007, existia um concurso de delegados, quando ao perder a eleição, transferiram do interior para a capital 200 delegados, deixando o interior praticamente descoberto de delegados e, conseqüentemente, existia um concurso de 5 anos, em que não eram reconhecidos e incorporados os policiais, especialmente os delegados.

E é exatamente no governo Wagner que os delegados aprovados em concurso são incorporados. O que temos que defender e discutir, agora, com muita clareza, é o ingresso desses novos policias que também estão aprovados, reconhecidos e que há a carência e há necessidades. Mas não desmerecer que este governo tem tido pelas Polícia Civil e Militar mais respeito. E, em especial, pela sociedade baiana, porque desafio qualquer deputado da Oposição nesta Casa a trazer aqui os números para provar qual foi o governo que investiu mais na Segurança Pública do que os governos Wagner e o governo Rui. É esse o desafio! Nós topamos fazer essa discussão.

Reconhecemos que precisamos investir muito mais e que o efetivo das duas Polícias é insuficiente. Precisa ampliar. Inclusive também reconhecemos que nós temos nas duas corporações um efetivo com idade avançada, pois há a aposentadoria e conseqüentemente a reserva na PM. Como isso é constante e se dá automaticamente, se tem um quadro ainda a descoberto, sem falar igualmente da demanda no interior. Igualmente não vou desmerecer que o crime organizado tem

avançado e se imposto, exigindo assim muito mais investimento na Segurança Pública.

Por fim, já que o tempo quase não me permite, quero chamar a atenção para o fato de que a outra polêmica da discussão é exatamente a omissão do debate hoje em relação à corrupção, porque agora a palavra de ordem não seria combatê-la, e sim acobertar os nossos em detrimento dos outros. Mas estamos nesta tribuna defendendo que as listas sejam publicadas. Todas elas. As que incluem políticos, o Judiciário e também a imprensa. A lista da delação última do Marcelo inclui esses três setores. Então, nós visamos colocar para a sociedade todos em igual condição.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- É lógico que este debate não vem sendo mais tão interessante para a Oposição, principalmente aqui em Salvador, porque o “Netinho” aparece também nessa lista.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras presentes, visitantes, jornalistas, eu cheguei aqui um pouco atrasado e ouvi já o final do discurso do deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT nesta Casa. Como costumeiramente os deputados desse partido demonstram em nível nacional, ele também acha que o Bolsa Família foi uma invenção petista. Aliás, até o Brasil, me parece, “foi” uma invenção do Partido dos Trabalhadores. Mas é preciso lembrar que a concepção desses programas sociais, meu caro deputado Herzem Gusmão, vem lá da falecida Sr^a Ruth Cardoso, que os elaborou com o intuito de combater a miséria no País. E sem fazer alarde. Pouca gente hoje sabe que eles nasceram exatamente ainda naquela época.

Uma outra discussão interessante foi quando o deputado Joseildo falava das manifestações e da falta de lideranças políticas nos mesmos movimentos. Isso, de fato, é uma verdade. Porém alguns dados me chamaram a atenção. Ele disse que o *Datafolha* fala que aproximadamente 72% daquelas pessoas votaram no Aécio em Minas Gerais e, se não me engano, 79% em São Paulo.

No entanto é claro e evidente que aquelas manifestações foram convocadas pela sociedade civil, por movimentos identificados dela. Para tal, não se custeou a ida de ninguém ali, como estão fazendo os Sindicatos e as CUT's pelo Brasil afora. E até mesmo o próprio Partido dos Trabalhadores vem convocando a militância, custeando e pagando transporte, diária e alimentação. Já quem foi ali foi porque quis! Nem o transporte foi dado às pessoas que foram às manifestações.

Então, realmente, é preciso restabelecer muitas verdades em todo esse

questionamento, desse clima em que o nosso País está vivendo.

Mas para não perder o foco do que quero falar, tenho recebido muitos questionamentos, através do *Twitter*, do *WhatsApp*, sobre a situação desses concursados desde 2013 e que até hoje o governo do Estado não nomeou.

Temos aqui um dado muito interessante para a gente refletir, meu caro deputado Bira Corôa, V. Ex^a que falava de um tempo anterior, temos que discutir o presente e tentar resolver o problema. Não é possível que a Bahia continue com um policial apenas para 2.858 habitantes, quando se tem concursados esperando a oportunidade para servir ao Estado.

O ano passado meu caro deputado Adolfo Viana, colocamos aqui nesta Mesa, nesta tribuna, a forma distorcida que o governo atentou para o orçamento do Estado no que diz respeito à segurança pública. Daquele valor que estava classificado para investimento o Estado não investiu nem 30%. Quando você pega o todo, que você junta investimento e custeio, o Estado não investiu 70% em segurança pública.

Vou aceitar o desafio do deputado Bira, vou me propor a fazer esse levantamento dos últimos 15 anos para a gente ver qual foi o governo que de fato investiu menos em segurança pública.

Vou aceitar esse desafio, vou me ater, vou pesquisar e vou trazer aqui os números para debatermos.

Não é fácil, deputado Bira, de se constatar. Está aqui esse dado: de um policial, apenas, para 2.858 habitantes. E eu que fui prefeito de cidade do interior lembro que, na primeira vez, na década de 90, o contingente policial naquela Região do Baixo Sul era o triplo do que é hoje.

Só por esse dado vamos perceber que naquela época se investia mais em segurança pública do que hoje, e por essa falta de investimento as manchetes continuam na Imprensa: explosões, arrombamentos e assaltos.

Agora um dos crimes que estão vindo a tona nesse momento são os estupros pela Bahia afora. Lá no município de Cairu, um balneário de Morro de São Paulo que a deputada Maria del Carmen tanto conhece, teve dois estupros nesse final de semana.

Um absurdo isso!

É preciso que o governo tome de fato providências!

Está aqui, a Bahia tem o maior número de homicídios no País, estudo realizado por instituições oficiais.

Portanto, meu caro deputado Bira, quando fizemos essas críticas foi no sentido de contribuir para que o governo do Estado possa dar prioridade àquilo que é prioridade.

Aliás, chamei aqui no ano passado os dois “F” do governo: a Falta de prioridade para o sistema de saúde e a Falta de prioridade para a segurança pública. Porque governar, meu caro Sr. Presidente, é eleger prioridades e a nossa, na Bahia,

hoje, sobretudo no interior do Estado e quem anda por lá sabe disso, é falta de segurança pública e é falta de saúde pública.

Portanto, quero reiterar talvez pela centésima vez já nesses últimos 15 meses e chamar a atenção do governo do Estado, da Secretaria de Segurança Pública...

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomento Júnior):- Para concluir!

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) porque estão aí os concursados aguardando serem nomeados para servirem ao Estado.

Enquanto isso, por outro lado, o governo se excede nos gastos dos cargos comissionados, aqueles que sabemos ser cargos políticos para atender exatamente àqueles que são aliados do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomento Júnior):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, quero aqui, porque fiquei afastada quase duas semanas com problemas de saúde, dizer para esta Casa que não vai ter golpe, no Brasil não vai ter golpe!

Mas como os assuntos são muitos, quero primeiro deixar registrado o meu apoio, a minha solidariedade aos concursados da polícia civil. Já conhecem a minha opinião sobre isso e continuaremos fazendo gestões junto ao governador para ver se acha uma saída. Entendemos o seu limite orçamentário, mas entendemos também a importância do chamado de vocês para ocupar os cargos que vocês passaram e que estudaram tanto.

Então quero deixar registrado isso mas dizer, Sr. Presidente, que não estava aqui no horário do debate, não sei como ficaram as avaliações, inclusive da oposição, sobre esse momento em que nosso Brasil vive e que tem nos deixado preocupados. Mas hoje, tenho muita clareza, tem um ditado que diz “quem mexer com muitas pedras, uma cai na cabeça”.

O fascista do Moro e os coxinhas, expulsos das manifestações, estão vendo o resultado das armações e das tentativas de desestabilizar o nosso País da forma que está sendo feita.

Acho ser este um momento em que esta Casa não pode se omitir desta discussão e deste debate, enfim, não pode se omitir de participar deste momento importante da vida no Brasil. Haverá mais manifestações no próximo dia 31 de março.

O deputado Hildécio Meireles disse que as manifestações são espontâneas. Não são, não! Aécio convocou, durante um mês inteiro, para as manifestações do dia 13. A Rede *Globo* é a rede de televisão quem financia e ela é a mais golpista deste Brasil.

Vejam, nós vimos que não foi desta forma. As manifestações não tiveram nada de espontâneo.

Agora, o feio foi eles fazerem a festa e serem expulsos dela. Isso é uma demonstração do que pode acontecer neste País. E quanto a isso, nós não podemos brincar. O que vimos? Vimos a instabilidade, o caos, a terra rasgada que o fascista do Moro tenta implantar dando uma de porreta. Agora, ele virou político e juiz de toga manda carta para manifestação.

Não estou entendendo, realmente, o que está acontecendo com essa galera!

Depois que saiu a lista da Odebrecht, a coisa mudou, pois tem de ter sigilo.

Temos que parar para refletir sobre este momento. Bem, não digo só nós, aliados do governo, não, pois incluo, aí, a Oposição. O resultado não pode prestar ao criminalizar a política.

Vimos a história da Operação Mãos Limpas na Itália. Não me lembro exatamente direito o nome da operação. Os Berlusconis da vida estavam lá. Aqui, o Moro é um fascista assumido abertamente e tem feito um trabalho de destruição da indústria nacional e de desconstrução, também, da prática da política. Acho que isso não servirá para ninguém.

Quero deixar registrado o nosso repúdio ao desejo de impedir uma presidente, eleita com mais de 54 milhões de votos, permanecer em seu cargo por um motivo que não existe, porque não há nenhum crime.

Porém, o mais contraditório ainda é vermos que quem comanda este processo. Quem comanda é o Eduardo Cunha e ele é bandido denunciado para todos os lados com comprovações de dinheiro fora do Brasil. No entanto, dando uma de porreta, ele quer impedir a nossa presidente continuar o seu mandato.

Para nós, está claro que eles querem bagunçar o coreto. O intuito é o de não deixar haver espaço para a governabilidade. O intuito é não deixar o País retomar o seu crescimento e o seu desenvolvimento. Todos sabem que esta questão de segurança é outro debate que precisa ser feito, porque são questões do sistema.

Assino embaixo da fala do deputado Joseildo Ramos, porque acho que foi perfeita.

Não podemos deixar que as coisas continuem dessa forma. Graças a Deus, o País está-se levantando. Acho que o exagero do fascista do Moro foi tão grande que o Brasil começou a se levantar para mostrar que não pode ser desta forma.

Então, quem já viveu golpes e ditadura sabe que isso não é coisa que preste. Não é deputado e companheiro Zé Raimundo?

Temos que tomar providências. O País se levanta hoje. A inteligência do Brasil, a cultura e os movimentos sociais mostram que não é desta forma. Por isso, no próximo 31 de março, em Brasília e em todo Brasil, diremos que não haverá golpe, porque a presidente não é nenhuma criminosa e continuará seu mandato até o final.

Quem quiser ganhar eleição, que aguarde, porque se não for no voto, será na guerra. E se fizerem guerra, iremos à guerra também. Não temos medo. Só precisamos saber onde acharemos as armas. Esta é a dúvida.

Concluo dizendo o seguinte.

Quem quiser ganhar a eleição, terá de esperar até 2018, porque é assim no processo democrático.

No próximo 31 de março voltaremos às ruas para dizer que não haverá golpe, pois estamos defendendo a democracia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero dizer que esta Casa Legislativa tem que respeitar as instituições, o Ministério Público Federal e a justiça federal. Acho que o Congresso Nacional saberá cumprir com seu papel.

Mas esta Assembleia Legislativa tem de compreender que a Polícia Civil é uma instituição que precisa, também, da nossa atenção. E acho que nós devemos estar mais preocupados nesta Assembleia Legislativa, justamente, em criar condições para que o Estado seja seguro. Não podemos aceitar, com passividade, a Bahia ser considerado o Estado mais violento do Brasil. Existem 800 concursados esperando a nomeação do governador Rui Costa!

Queria lembrar a esta Casa Legislativa que muitos desses 800, a sua grande maioria, trabalhavam e abriram mão dos seus empregos para participar do processo de capacitação para tornarem-se policiais e delegados. Eles estão desempregados hoje. Acho que essa defesa que esta Casa faz, já com o apoio de vários parlamentares da base do governo, inclusive, não é apenas dos policiais que tomarão posse, mas, sim, de todo o Estado da Bahia, que vive uma insegurança absoluta.

Deputado Bira Corôa, V.Ex^a usou a tribuna hoje e desafiou a Oposição a fazer a seguinte comparação: “Quem fez mais na área de segurança pública pelo Estado?” Acho que o nosso objetivo aqui não é esse. O nosso objetivo tem de ser o de trabalharmos juntos para tirarmos a Bahia do estado em que se contra. Somos, hoje, o Estado mais violento do Brasil, não podemos transformar essa discussão em uma queda de braço entre governo e Oposição. Muito pelo contrário, acho que temos a obrigação de unirmos o discurso e irmos para cima do governo do Estado para mostrarmos ao governador a real necessidade de efetivar esses 800 policiais civis do Estado da Bahia.

Gostaria, Sr. Presidente, de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. (Palmas)

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- A sua solicitação será atendida. Com a palavra o deputado Zó.

O Sr. Zó:- Quero colocar, Sr. Presidente, que essa discussão sobre os policiais concursados também está em Juazeiro e na Bahia inteira, porque existem concursados em todas as cidades. Na última visita do governador Rui Costa a Juazeiro, quando inauguramos uma creche e recebemos a presidente Dilma, que tratava lá a questão do combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, estivemos com esses concursados. Como falaram os deputados Adolfo Viana, Bira Corôa e Luiza Maia, a discussão aqui não é de Oposição e Situação. Ela passa a ser uma discussão de segurança pública e da necessidade de quem fez o concurso ser chamado.

O governador deve chamar, vamos fazer gestão para isso. Acredito que quanto mais deputados fizerem gestão sobre esse assunto, mais se fortalecerá a condição de serem chamados esses servidores que passaram em concurso e que precisam ser convocados. A Segurança Pública precisa, efetivamente, aumentar os seus quadros. É preciso também dizer que os delegados e os demais servidores da Polícia Civil tiveram aumentos significativos no governo Wagner. Então, o governo Rui dá sequência a esse trabalho na Segurança Pública. É importante fazer esse registro.

Queria também, Sr. Presidente, deixar um registro da nossa satisfação por termos inaugurado em Juazeiro, na terça-feira passada, o Juá Garden *Shopping*, que gerará 3 mil empregos. São quase 200 lojas, sendo um dos maiores complexos em termos de shopping no interior do Nordeste. Trago essa felicidade do povo da região Norte da Bahia com mais esse empreendimento em Juazeiro, consolidando-se como a cidade que mais gera empregos no Nordeste. Foi isso no ano passado e, certamente, será este ano.

Esse *shopping*, a chegada de novos hotéis que estão prometidos para lá, novas empresas, então devemos continuar sendo uma das cidades que mais geram empregos no Brasil este ano. Queria fazer esse registro porque estamos muito felizes lá. Isso contribui, também, para a Bahia no número de geração de emprego. Pelo Caged, somos a segunda cidade que mais gerou empregos no ano passado. Este ano, queremos ficar ainda entre as cidades que mais geram empregos no Brasil.

Também devo dizer aos policiais civis que podem contar conosco. Tenho acompanhado diretamente colegas de vocês nessa discussão, já estive com eles pessoalmente lá. Há, também, uma equipe de Juazeiro que se agrupa a vocês para consolidar essa luta, que é um direito e, certamente, será atendido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, respeitando o que foi colocado, pedi a

questão de ordem para fazer uma Comunicação Inadiável, porque quero dar um informe. Não entrarei na polêmica da discussão, porque já fiz o debate, a discussão. Contudo, estou aberto para esse debate, para essa discussão. Não há problema algum.

Quero apenas informar na minha Comunicação Inadiável que a Comissão de Promoção da Igualdade, na próxima terça-feira, amanhã, às 9h30min, estará debatendo numa audiência pública o seguinte tema: “As Religiões de Matriz Africana na Defesa do Estado Democrático de Direito.”

Sr. Presidente, essa foi uma solicitação de vários representantes das religiões de matriz africana que foram vítimas de todo um processo de exclusão, durante a ditadura militar, de intolerância religiosa e de perseguição.

Consequentemente, através da Comissão de Promoção da Igualdade, há a convocação do direito de fazer, nesta Casa, esse debate, essa discussão, neste momento em que estamos vivendo no Brasil e na Bahia, como afirmação desse novo momento e da necessidade de manutenção do Estado Democrático de Direito. Por isso, não poderia deixar de fazer essa comunicação, hoje, convidando todos os deputados e deputadas, todos os senhores e senhoras presentes, especialmente a imprensa, para amanhã comparecerem, às 09h30min, na Sala José Amando.

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Questão de ordem, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, eu ouvi atentamente os discursos dos deputados que me precederam e quero salientar apenas o seguinte: acredito na Justiça brasileira e tenho fé que dias melhores virão. Temos de ser justos e a Justiça está aí para isso, bem como as pessoas de bem, as famílias. Nós, políticos, temos a obrigação, mais do que nunca, de representar a voz e a vontade da população.

Gostaria, inclusive, de citar um relato rápido. O governador Rui Costa foi citado pela Revista Veja, como se uma conta de campanha tivesse sido paga por uma agência de publicidade, e nós, aqui, cobramos apenas... Por debaixo do pano! E foi citado por um delator da Lava Jato. Nós, aqui, cobramos só uma informação e uma resposta oficial do governador a respeito disso. Afinal de contas, ele é o governador do Estado da Bahia! Que ele usasse todo o staff de comunicação para responder isso, mas, em momento algum, ele respondeu essa acusação publicada na Revista Veja.

Não por isso eu acusarei o governador Rui Costa de estar incorreto ou de estar praticando algum ato ilícito. A Justiça está aí para provar, o Ministério Público, a Justiça Federal... Essas pessoas que estão sendo condenadas por fazerem o seu trabalho!

Apareceu, na semana passada, uma lista a respeito das doações. Nessa lista constava o nome de ACM Neto. Não havia nenhum nome ou codinome do tipo passivo. Não há nenhum nome a respeito do ACM Neto, e ele, logo após, veio à público – como dever e obrigação dele – demonstrar que houve uma doação oficial da

Odebrecht, como de diversas empresas a todos os candidatos majoritários. Elas doam a todos os partidos geralmente, essa é uma verdade absoluta conhecida por todos. Só não vê quem não quer. Ele, por obrigação, por responsabilidade e por respeito à população da Bahia, veio a público.

Eu só queria relatar isso daqui. Desejo que seja, deputado Bira Corôa, provado, ao fim disso tudo, o que é o que, quem é quem. A Justiça está aí para isso, mas precisamos respeitá-la do a quem doer. Precisamos respeitar a Justiça. Agora, ficar levantando, aqui, falso ou querendo colocar como se todos fossem iguais...

V.Ex^a pode abrir todos os jornais de grande circulação da Bahia da semana passada que encontrará uma resposta oficial do prefeito a respeito disso. Eu tenho a certeza de que ele estará à disposição.

O tempo dirá a V.Ex^a quem está com a razão.

Agradeço, Sr. Presidente, pela questão de ordem, bem como, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Já havia uma verificação de quórum solicitada pelo deputado Adolfo Viana, mas abri um precedente para ouvir o deputado Bira Corôa, que tinha uma Comunicação Inadiável, e para ouvir V.Ex^a, deputado Pablo Barrozo.

A Sr^a Maria Del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Peço desculpas à deputada Maria del Carmen...

A Sr^a Maria Del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Há uma questão de ordem...

O Sr. Bira Corôa:- Ela quer fazer uma Comunicação Inadiável!

A Sr^a Maria Del Carmen:- Eu quero fazer uma Comunicação Inadiável também.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Veja bem, deputado Bira Corôa, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Eu abri, aqui, para o deputado Zó, que não fez o contraditório. Sendo assim, eu já poderia ter encerrado a sessão naquele momento, mas abri um precedente a V.Ex^a, para que fizesse uma Comunicação Inadiável.

Agora eu sou obrigado a aceitar a questão de ordem do deputado Adolfo Viana e, com apenas a presença de cinco Srs. Deputados, a declarar encerrada a presente sessão, tendo em vista que não há quórum suficiente para a sua continuidade.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.